

O problema do consenso histórico na área lusófona¹

Pedro Graça

Resumo: A organização política, económica e cultural da chamada Lusofonia, através do projecto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), constituído há uma década, mantém-se num nível de virtualidade que tarda em materializar-se. A CPLP não atingiu um patamar de visibilidade minimamente relevante no seio da comunidade internacional, nem conseguiu interagir com os cidadãos lusófonos, existindo vários factores que condicionam a situação. O primeiro é a falta de um consenso histórico quanto ao passado comum dos países lusófonos, o qual decorre da história colonial de Portugal. A matriz humanista e universalista é contudo uma potencialidade da projecção do futuro comum lusófono.

Enquadramento

“Repensar a História de África, nomeadamente nas suas interacções com a História de Portugal,” como desafia o presente colóquio, conduz-nos ao problema do tratamento das imagens recíprocas na área lusófona. Na perspectiva das relações culturais internacionais, a História—enquanto conhecimento histórico que informa a memória dos povos—desempenha um papel fundamental como factor de coesão ou dissociação quando se estabelecem projectos de relacionamento institucionalizado. “Os povos existem na vida internacional exactamente e apenas na maneira como são vistos”—observou Adriano

Moreira (“Aspectos Negativos” 9)—e isto significa, em última análise, que não é a realidade histórica que perdura, o que perdura é a imagem que ficou dessa mesma realidade, transformada em História.

A História enquanto vivência real do passado é um facto que sofre desvios de análise no processo de conhecimento científico. Mas a Ciência Histórica existe, mesmo imperfeita, e o seu propósito é precisamente compreender na medida do possível a realidade após um tratamento rigoroso dos acontecimentos e fenómenos investigados. A metodologia da abordagem é portanto fundamental. A tarefa já é difícil quando se estuda documentos fiáveis que reproduzem factos históricos; ainda mais o é quando se procura compreender a realidade por intermédio do processo da formação das imagens culturais nacionais.

O estudo da imagem cultural nacional pode ser efectuado através de uma metodologia interdisciplinar que articula conceitos da História com a Ciência Política, Antropologia, Sociologia e Psicologia Social. Numa perspectiva global, os países funcionam como sistemas de informação cultural nacional pois as relações culturais internacionais desenvolvem-se por meio de vários instrumentos de comunicação social. Neste sistema existem estruturas sociais que condicionam a produção da informação cultural nacional e a projecção da imagem cultural nacional. Mas a definição e os contornos de uma imagem cultural nacional não dependem somente de quem a emite; dependem também de quem a recebe e sobretudo do resultado final da complexidade de relações que o processo histórico estigmatizou, correspondendo favoravelmente esse resultado à hierarquia das potências enquanto poderes culturais nacionais. É que de facto as relações internacionais são, antes de mais, relações culturais internacionais, e estas são relações entre poderes culturais nacionais.

Os historiadores estão por isso muitas vezes envolvidos na investigação, articulando factos, analisando fenómenos e transmitindo imagens culturais nacionais sem questionar o conceito de imagem, pois em princípio isso não faz parte do seu momentâneo objecto de estudo. Ao investigar a História de um país ou da relação entre países, o historiador tem tendência para partir de pressupostos explícitos e implícitos que de algum modo esboçam imagens neutras ou positivas ou negativas, aproximando-se as primeiras metodologicamente de um tipo ideal difícil de definir. A parcialidade do historiador pode então reproduzir-se em análises desviadas da realidade histórica, a que se juntam as provenientes de outros cientistas sociais, que acabam muitas vezes por participar na elaboração da História, a qual é partilhada depois pelo *sensu comum* que, inovando até,

repete estereótipos na rede dos processos de *enculturação* e socialização.

Entre os desvios de análise mais frequentes encontram-se os que, originando visões parciais da realidade, são formados na base de *apriorismos políticos* e *percepções etnocêntricas*. O apriorismo político pode ser observado, por exemplo, em trabalhos de investigadores posicionados na área de influência do Poder, que por razões de natureza pessoal e profissional muitas vezes confundem o *objecto de estudo* com o *objectivo do estudo*. A percepção etnocêntrica é um fenómeno praticamente comum a todos os investigadores, uma vez que, segundo a Psicologia Social, a visão da realidade é condicionada pelo grupo, neste caso nacional, em que os indivíduos são *enculturados* (Klineberg 562-74). Por uma questão de rigor, o investigador consciente destes desvios vê-se assim obrigado a reconhecer o relativismo possível do conhecimento científico e a adoptar uma atitude cautelosa na abordagem da realidade social, que passa por uma reflexão sobre a operacionalidade dos conceitos, nomeadamente no que respeita à sua definição, formulando respostas abertas à discussão.

O problema do consenso histórico na área lusófona enquadra-se nestas considerações preliminares; trata-se de compreender, no contexto da projectada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a realidade da imagem da Cultura Portuguesa do ponto de vista histórico, como factor de coesão ou de dissociação, no processo de institucionalização global das relações entre os sete Estados (*7 perspectivas*), tendo por base, de facto, elementos da matriz cultural portuguesa. O consenso histórico na área lusófona surge assim também, noutro sentido, como uma situação ideal de relacionamento entre sete perspectivas (*7 memórias*) que reconhecem a imagem autêntica da Cultura Portuguesa, potencializando, deste modo, as relações políticas que visam a institucionalização da Comunidade.

Uma perspectiva de Portugal

Parece consistente a observação de que a aceitação da existência de uma efectiva tradição humanista e universal na Cultura Portuguesa será, para além da Língua, um factor de coesão entre *os sete* e fornecerá ao discurso político um princípio orientador da convivência entre povos e culturas no Século XXI. Mas a realidade parece ser a da refutação geral da existência de tal tradição, sobre a qual Gilberto Freyre construiu cientificamente o conceito de Luso-tropicalismo. É fácil encontrar exemplos dessa refutação nas mais variadas formas de informação cultural, desde a Universidade à Televisão. Não faltam trabalhos académicos, filmes históricos e peças de jornalismo que reprodu-

zem exclusivamente o lado negro da acção colonial portuguesa. Em Portugal, depois de 25 de Abril de 1974, as Ciências Sociais e a opinião pública de uma maneira geral foram constantemente condicionadas pela doutrina marxista, a qual originou uma vaga de “*pronto-a-pensar*” orientando toda e qualquer análise da realidade social a partir dos mesmos pressupostos para chegar às mesmas conclusões (Bessa 1994). O conceito de Lusotropicalismo foi politizado no período colonial, tanto por Portugal como pelo movimento anticolonial e, depois de 1974, quase excluído do vocabulário científico e intelectual português como instrumento sério de análise e compreensão da especificidade da adaptação da Cultura Portuguesa ao ambiente das regiões tropicais. O nome de Gilberto Freyre passou a ser sinónimo de desonestidade científica e foi banido das bibliografias “respeitáveis.” Injustiça e incompetência científica relativamente à obra e ao homem que Georges Gurvitch considerou como um dos maiores sociólogos dos tempos modernos.²

Nos últimos 20 anos, a *História de Portugal foi assim colocada no banco dos réus e intimidada a declarar-se culpada*, praticamente sem advogados de defesa, num grande número de canais de informação cultural. As sequelas de tal embate sobrevivem ainda mas, uma geração depois, parece chegada a hora de rever a nossa História em África sem complexos, sem arrogância, procurando apenas a nossa verdadeira imagem, ou pelo menos a sua forma mais aproximada. A parte negativa tem sido bastante explorada e extrapolada. A parte positiva continua encoberta. Descubramos esta utilizando como instrumento importante, entre outros, Gilberto Freyre e os seus conceitos. Na perspectiva de Portugal, não se trata de nenhuma pretensão ou forma actual de neocolonialismo cultural, mas sim de *reconhecer a originalidade e individualidade histórica da adaptação da Cultura Portuguesa a ambientes tropicais*, integrada depois num processo de interacção cultural múltipla e alargada, constituindo parte dos fundamentos de novos Estados com projectos nacionais. Trata-se afinal de *reconhecer explicitamente que nem tudo foi negativo* na colonização portuguesa. Houve factos positivos cujo estudo é importante, por exemplo, na procura de respostas actuais para os problemas de estruturação moderna das sociedades africanas tradicionais. Na verdade, o aproveitamento integral do saber colonial recente, despido hoje do seu elemento ideológico, continua em grande parte bloqueado pelas barreiras psicossociológicas de uma imagem histórica estereotipada das realizações da Cultura Portuguesa em África: uma atitude recorrentemente reduzida ao epíteto de “colonial-fascista,” responsável por políticas implacáveis de exploração e destruição do Homem e da Cul-

tura Africana, confundindo-se erradamente Portugal do Estado Novo com a Alemanha do Nacional-Socialismo ou a Itália do Estado Fascista.

Mas a força da sobrevivência dessa imagem, agora que o discurso científico de raiz marxista se encontra enfraquecido, está sobretudo no facto de que esta é coerente com toda a sequência de imagens, entretanto formuladas, da atitude de Portugal relativamente aos povos e culturas do hemisfério sul com quem foi contactando e estabelecendo relações, de igualdade ou de dominação, desde o Século XV. No processo de formação da nossa imagem cultural, a escravatura ligou-se directamente ao trabalho forçado, à guerra colonial e às notícias unilaterais de massacres, embora os tivesse havido em ambos os lados enquanto excepção à regra, aliás, como infelizmente parece acontecer na maior parte das guerras.

Por isso, como é possível acreditar que uma Cultura que revela uma constante histórica de atitude desumana, evidente em vários canais de informação cultural, a nível nacional e internacional, nomeadamente na área lusófona, possa apresentar-se como detentora de uma tradição humanista e universal e com uma experiência africana de Desenvolvimento que possa ser aproveitada actualmente? Esta questão, formulada como argumento num contexto de discussão mediática, contraria qualquer resposta que esboce minimamente a apresentação de um elemento positivo da colonização.³ Fundamentalmente, é difícil a Portugal estimular a formalização de um projecto político, económico e cultural lusófono, tendo por base, explícita ou implicitamente, a matriz da sua própria cultura envolvida numa imagem tendencialmente negativa quanto à memória do relacionamento com os outros.

Dinâmica de dissociação da área lusófona

Mas, na realidade, existe uma tendência no sentido da coesão dos países lusófonos em torno da defesa e divulgação da Língua Portuguesa. É do interesse de todos que o Português ganhe espaço e se consolide no sistema das relações internacionais, nomeadamente no seio das Organizações Internacionais. Por esta razão, frequentemente se declara nos sete países que há quase 200 milhões de falantes da Língua Portuguesa. É um argumento fundamentalmente político e não cabe aqui agora analisar em que medida esse número se afasta da realidade que projecta como imagem sobrevalorizada.⁴ O que nos interessa é desde já atestar o facto de que mesmo assim, mesmo havendo um princípio de coesão em torno da Língua Portuguesa, não tem sido consensual a utilização do conceito de *Lusofonia* para definir a projecção da sua realidade demográfica

e geográfica, nem a do *conceito de Comunidade Lusófona* para definir o projecto de organização formal dessa realidade.

Ao conceito de Lusofonia parece que tem andado associado, no âmbito de uma parte substancial da elite intelectual, académica e política dos Países Africanos Lusófonos, um sentido pejorativo de neocolonialismo cultural por parte de Portugal. Com efeito, parece que semanticamente o vocábulo *Luso* tem sido uma causa importante desse princípio de dissociação, porque de algum modo, numa das interpretações possíveis, confere *à priori* a Portugal um *estatuto ascendente* numa situação de relacionamento que se pretende igual. O Brasil, por seu turno, tem mesmo utilizado frequentemente no discurso oficial o *conceito de Países de Língua Comum*, naquilo que pode ser entendido como um pressuposto de não reconhecimento de uma “vantagem competitiva” de Portugal no processo de liderança da organização formal da área lusófona (Beltrán 21-28). Pela palavra *Luso* se chega também facilmente ao conceito de Lusotropicalismo e consequentemente à sua interpretação ideológica, que se pode fazer conotar com um projecto global de integração cultural da área lusófona, tendo a matriz portuguesa como referência principal; eventualmente, uma resurgência actualizada do velho projecto da Comunidade Luso-Brasileira.

Constituindo pois o problema semântico um real factor de dissociação no que diz respeito à utilização do conceito de Comunidade Lusófona, o *conceito de Língua Portuguesa* surge assim como objectivamente linguístico e politicamente neutro. Todavia, o projecto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem sido anunciado como político, económico e cultural. Estamos pois também perante uma contradição no que respeita à *operacionalidade mobilizadora do conceito*. É esta contradição que representa um problema explícito de definição de *auto-imagem*, pela forma múltipla como os sete países se revêem no *nome do projecto*. Se considerarmos que a *imagem dos outros* é uma variável relativamente estável da Política Externa que ajuda a explicar a sua orientação a longo prazo, compreenderemos que a falta de um consenso histórico na área lusófona relativamente ao passado colonial provoca *ruídos* na comunicação desenvolvida no sentido da construção da Comunidade. É, portanto, contraproducente invocar a História conjunta dos sete, pelo menos de momento, como fundamento cultural da Comunidade, uma vez que a imagem da Cultura Portuguesa tem vindo a produzir um *efeito de halo* negativo no que respeita ao Passado das suas relações com o Brasil e os Países Africanos Lusófonos.⁵

O apelo constante, nomeadamente por parte do discurso político português, à comunidade de afectos e interesses, não produz de imediato um efeito de

coesão. Os dirigentes políticos podem eventualmente considerar como exemplo óbvio a sua própria experiência no domínio de determinadas relações inter-pessoais. Mas globalmente não parece ser possível afirmar que a fórmula *comunidade de afectos e interesses* funcione automaticamente como conceito mobilizador de pessoas, grupos e instituições no sentido da aceleração do processo. Os factos têm-nos revelado que pelo menos também no campo das lideranças existem certas incompatibilidades que têm provocado desencontros e adiamentos.

A dinâmica de dissociação reproduz-se deste modo nas relações políticas e nas imagens reciprocamente múltiplas que se fundamentam principalmente na parte marcante da História conjunta dos sete países. Esta parte é a História de Portugal na sua vertente colonial, quer no Brasil, quer em África.

A lição da história

A fórmula *comunidade de afectos e interesses* não é substancialmente original. Já estava presente, ora latentemente, ora de uma forma explicitamente diferente, no longo período do movimento de institucionalização da antiga Comunidade Luso-Brasileira. Nem mesmo então, quando havia apenas dois Estados e coesão em torno de valores derivados da matriz cultural portuguesa, se conseguiu institucionalizar de facto a Comunidade. Trinta anos depois do seu último momento de apogeu, será porventura útil recordar o trecho inicial da primeira conclusão do 2º Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa relativa às Relações Luso-Brasileiras:

Considerar basilar uma acção coordenada a desenvolver no sentido de formar e movimentar a opinião pública, no conjunto português e no Brasil, de modo que urgente e generalizadamente se crie o clima de unidade e autenticidade sobre o qual deve apoiar-se a concretização prática da Comunidade Luso-Brasileira. (Moreira et al 17-18)⁶

Isto é, em 1967, quase meio século depois do início do movimento progressivo de institucionalização da Comunidade Luso-Brasileira, e catorze anos depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta que marcou oficialmente o seu auge, ainda se considerava basilar “formar e movimentar a opinião pública” de modo a criar um “clima de unidade e autenticidade” para suportar a sua “concretização prática.” Nesse mesmo ano, pouco tempo antes do Congresso, Adriano Moreira analisou a situação evidenciando dois problemas: *a herança comum* e *a imagem recíproca*. Em relação ao primeiro,

referindo-se ao Brasil, observava que essa herança lhe pertencia em exclusivo e na medida em que os brasileiros a sentissem como sua e tivessem interesse em preservá-la e defendê-la; em sua opinião, esse sentimento só tinha interesse para a Comunidade se englobasse “*uma partilha de concepções quanto ao futuro, ou quanto aos futuros possíveis.*” Em relação ao segundo problema, constatava a existência de divergências importantes entre as imagens correntes e a realidade e concluía pela “*necessidade urgentíssima de redefinir a imagem recíproca de ambos os países*” (“Aspectos Negativos” 8-18).

Hoje, olhando para a História, e numa visão facilitada pela análise *a posteriori*, podemos afirmar que a evolução da Comunidade teria sido diferente se os dois Governos, nomeadamente o de Portugal, tivessem adoptado como prioridade constante a resolução dos problemas da herança comum e da imagem recíproca. Teria sido necessária uma acção mais cultural que política—apoando sem hesitações nem contrapartidas as iniciativas da sociedade civil—traduzida num forte investimento na investigação e no ensino da História conjunta nos dois países, pelo menos ao nível secundário e universitário, e também na realização frequente de produtos culturais de grande difusão sobre a realidade histórica e presente, estimulando as potencialidades dos agentes culturais não-oficiais. O comércio do Livro entre Portugal e o Brasil foi durante algum tempo o campo em que houve maior dinamismo de carácter cultural, mas os números mostram que após um certo desenvolvimento das transacções—que no entanto não alterou a situação anterior de grande desconhecimento recíproco, de acordo com as análises de Almerindo Lessa, Armando Gonçalves Pereira, Nuno Simões e Luís Forjaz Trigueiros—, entre 1957 e 1967, as exportações de livros de Portugal para o Brasil diminuíram 80% (AAVV 28; Lessa; Simões; Pereira; Trigueiros). Mesmo iniciativas privadas algo oficiosas como as da União das Comunidades de Cultura Portuguesa tiveram de enfrentar resistências por parte das autoridades oficiais, ciosas em controlar politicamente um processo de natureza mais cultural que política. Não houve portanto de facto no processo da Comunidade uma sensibilidade efectiva, poder-se-á mesmo dizer *engenho*, para a questão da opinião pública enquanto fundamento essencial do projecto, que não a dos documentos oficiais, das promessas e dos discursos políticos efémeros, confinados ao círculo das elites.

O projecto da Comunidade Luso-Brasileira não teve, assim, até 1974 repercussões globalmente significativas no ambiente social e na criação cultural da sociedade brasileira e da sociedade portuguesa, situação também agravada

pela conjuntura internacional e consequentes circunstâncias diplomáticas. Entre 1974 e 1984, é possível afirmar que não houve discurso oficial significativo no sentido do ressurgimento da velha Comunidade Luso-Brasileira ou da criação de uma nova Comunidade Luso-Afro-Brasileira. E raríssimas foram as excepções na sociedade civil a denotar preocupação com este assunto (Moreira *Novíssimo*; “Poder”; “Papel”; “Factores”; *Condicionamentos*). As atenções estavam sobretudo voltadas para a questão da integração na Comunidade Económica Europeia—sem cuidar da articulação com a área lusófona—e, de modo algo espontâneo, foi precisamente este facto que estimulou um debate entre 1984 e 1986 no seio das instituições e das elites governantes e não-governantes sobre a Política de Cooperação, relançando também desta forma, progressivamente, a preocupação em volta da organização das relações lusófonas (Graça 237). Em 1985 a criação da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e em 1986 a questão do Acordo Ortográfico e a visita do Presidente Sarney a Portugal contribuíram para esse “relançamento,” tendo em 1987 o primeiro Governo de maioria parlamentar desde Abril de 74 definido como prioritária a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa “concedendo especial relevância ao vector cultural” (*Programa* 14, 13, 40-44, 62, 64, 68-69, 113-114).

No ano seguinte, o Ministro dos Negócios Estrangeiros propugnava “*uma entidade nova na cena internacional, ao lado da Commonwealth e da francofonia*” (Pinheiro 26). Em 1989, Mário Soares e José Sarney impulsionaram a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que se conservou inactivo até hoje. Finalmente, em 1990, durante a visita do Presidente Collor de Mello, no almoço em sua homenagem, Cavaco Silva terminava o seu discurso brindando “*à construção de uma renovada Comunidade Luso-Brasileira*” (*Boletim*). No entanto, tal brinde só poderá ser entendido como uma manifestação circunstancial de um desejo de “re-estreitamento” das relações luso-brasileiras, e não como uma manifestação pública de comprometimento político relativamente ao ressurgimento do velho projecto conjunto, acção tendencialmente inexequível por virtude de se ter alterado o ambiente político da área geohistórica e cultural em que o mesmo assentava. Contudo, é precisamente neste ponto que parece ter subsistido até hoje uma certa confusão, relativamente à sobreposição do novo projecto luso-afro-brasileiro, pela manifestação latente de uma dinâmica luso-brasileira que revela a continuidade de uma estrutura social informal do velho projecto luso-brasileiro. Esta dinâmica tem sido evidenciada com maior ou menor subtilidade no discurso político portu-

guês e brasileiro relacionado com a institucionalização da CPLP. Na verdade, os factos têm-nos mostrado que as linhas de orientação do processo se assemelham às do velho projecto luso-brasileiro pela dinâmica fortemente política e até personalizada, funcionando Portugal e o Brasil como agentes activos e os PALOP como agentes passivos.

Ora, sobre o efeito negativo desta dinâmica, devemos relembrar o Passado e relembrar também, se necessário continuamente, que estamos perante um facto novo de relacionamento entre sete perspectivas, que, em termos históricos, só muito recentemente manifestaram interesse em dar início a um processo de convergência que ainda se mantém indefinido quanto ao futuro ou aos futuros possíveis. Com efeito, a iniciativa partiu do Brasil em 1993 ao apresentar o primeiro projecto da designada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Portugal apoiou-o de imediato e, durante esse mesmo ano e em 1994, tentou-se estabelecer uma *sinergia lusófona* no âmbito das elites políticas e culturais, a qual não se chegou a constituir realmente.

O melhor indicador para se compreender a situação é porventura o seguinte. Em Fevereiro de 1994 houve uma reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países em Brasília, da qual resultou a decisão conjunta de institucionalizar a CPLP. No mês seguinte, numa missão destinada a concertar a data da sua criação oficial, marcada depois para 28 de Junho em Lisboa, José Aparecido de Oliveira visitou Maputo para se encontrar com o Presidente Chissano. Depois de ter esperado várias horas, o encontro foi adiado para o dia seguinte e, segundo as notícias publicadas, a atitude de Chissano foi algo vaga e desinteressada. De facto, em entrevista concedida após a reunião ao correspondente em Maputo do jornal português *Semanário*, Chissano afirmou:

Moçambique está inserido numa região de países da Comunidade Britânica e por isso assistimos a muitas reuniões, o que fazemos com muito agrado porque temos um relacionamento económico com esses países, do qual não podemos fugir. Se houver elegibilidade, nós não temos problemas em aderir à Comunidade Britânica.

Esta afirmação, pelo seu *timing* e *conteúdo*, possui um significado político que não se reduz a uma mera espécie de chantagem política, conforme chegou a ser escrito na imprensa portuguesa. Trata-se antes de uma tomada de posição destinada a preservar a autonomia de Moçambique na escolha das suas relações internacionais, relativamente a pressões e condicionalismos progres-

sivamente impostos pela dinâmica luso-brasileira de institucionalização da CPLP. Por outro lado, esta posição é também lógica e coerente com a característica atitude de anticolonialismo cultural que os Países Africanos Lusófonos adoptaram em relação à Cultura Portuguesa após as Independências (Leite). E houve e tem havido de facto no processo da CPLP, nomeadamente por parte do discurso político brasileiro, afirmações interpretáveis como conducentes a um projecto que se aproxima mais do ressurgimento da velha Comunidade Luso-Brasileira do que do surgimento da nova Comunidade Luso-Afro-Brasileira. José Aparecido de Oliveira tornou esse discurso bem claro dois dias antes de terminar a sua missão em Portugal ao fazer as seguintes afirmações em entrevista à TV 2:

Eu sou um português que nasceu no outro lado do Atlântico [...]. A não-institucionalização da CPLP retarda a Providência [...]. A Comunidade sobrevive há cinco séculos [...]. Nós somos os herdeiros da alma portuguesa [...].

No entanto, este espírito de filiação na Cultura Portuguesa não se encontra reflectido e reproduzido nos Países Africanos Lusófonos, pelo menos de uma forma dominante, com excepção talvez em certa medida de Cabo Verde.

Deste modo, a concretização do Projecto tal como vem sendo anunciado afigura-se difícil. Ocorridos os adiamentos, o IV Encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Portugal, realizado em Lisboa em 5 e 6 de Abril do ano de 1995, elaborou um comunicado final de 35 pontos no qual se reservou somente um para o processo da CPLP, nos seguintes termos:

Os Ministros reiteram o seu interesse e empenho na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vista a valorizar, no plano internacional, a acção individual e colectiva dos Países de Língua Portuguesa e a incrementar uma política comum de cooperação para o desenvolvimento. (12)

Estamos perante uma declaração circunstancial que revela uma preocupação prioritária com a componente política em termos de relações internacionais e de cooperação para o desenvolvimento. O seu valor efectivo é o de uma normal e recorrente declaração diplomática de intenções, não produzindo efeitos no sentido da aceleração do processo.

De tudo isto decorre portanto a necessidade, no que pelo menos a Por-

tugal diz respeito, de repensar a estratégia, a oportunidade, a dinâmica e a exequibilidade financeira do Projecto, de modo a contribuir para que a CPLP não se fique pelas palavras. A História assim no-lo aponta e, se se fizer uma comparação com o processo da Francofonia, ficar-se-á porventura com a convicção de que a CPLP é um projecto de dimensão superior às capacidades e possibilidades do momento. Com efeito, o movimento de institucionalização da Francofonia foi iniciado em 1970 por Senghor, Bourguiba e Diori, presidentes do Senegal, Tunísia e Níger, com a criação neste último país da Agence de Coopération Culturelle et Technique (ACCT), com o objectivo de assegurar a cooperação multilateral nos domínios da cultura, educação, formação, comunicação, direito e economia. Um ponto de partida no qual a componente política não foi prioritária. De facto, esta só foi instituída 21 anos depois, em 1991, com a criação do Conseil Permanent de la Francophonie (CPF) que finalmente tem por objectivo reforçar o peso da Francofonia na comunidade política internacional. Porém, 25 anos depois, a ACCT continua a ser o organismo mais importante da Francofonia, embora surja a interrogação sobre a continuidade do seu papel relativamente ao CPF, ao que o seu secretário-geral desde há 9 anos, Jean Louis Roy, canadiano natural do Québec, responde da seguinte forma:

Je suis très surpris de voir la façon dont les gens compliquent les choses. Il y a un sommet des chefs d'État, une conférence ministérielle, une assemblée des représentants personnels des chefs d'État: ce sont les instances. L'Agence n'est pas une instance, c'est une organisation intergouvernementale. Elle est le secrétariat de toutes les instances, y compris des sommets. Les instances sont là pour arrêter les décisions, pour arrêter les budgets, pour assurer que les décisions des chefs d'États soient suivies. Nous avons comme mandat de réaliser sur le terrain cet ensemble de décisions, de préparer des propositions. (8)

Com efeito, a ACCT, iniciativa de três líderes africanos, tem sido o motor da Francofonia, à qual se foram entretanto agregando um conjunto de instituições, das quais se deve também destacar como mais importantes e activas o Bureau International du Forum Francophone des Affaires (BIFFA), criado em 1987, e a Association des Universités Partiellement ou Entièrement de Langue Française-Université des Réseaux d'Expression Française (AUPELF-UREF), a mais antiga das instituições francófonas, pois a sua génese remonta a 1961 quando foi criada no Canadá. Na verdade, a dinâmica desta última é

notória no campo da cultura, ciência e formação, congregando a quase totalidade das universidades e organismos de investigação francófonos. Para se ter uma ideia, a ACCT possui um orçamento de 58 milhões de FF e 10 institutos enquanto que a AUPELF-UREF possui um orçamento de 40 milhões de FF e 280 institutos. Ou seja, uma base e esteios de natureza cultural que asseguram a dinâmica da Francofonia.

O exemplo do processo de institucionalização da Francofonia é pois significativo no que diz respeito à forma como se foi desenvolvendo nos últimos 25 anos, merecendo da parte de Jean Louis Roy o comentário de que “*un quart de siècle c'est peu, dans 50 ans on aura davantage construit la francophonie*” (7). No caso da Lusofonia, talvez seja sensato considerar que não é com projectos grandiosos tendencialmente inexecutáveis, embora formulados com boas intenções, que se consegue recuperar um tempo supostamente perdido. Pelo contrário, perde-se ainda mais tempo.

A lição da História, inclusive do Presente, abre-nos assim a perspectiva do problema do consenso histórico na área lusófona—em ambos os sentidos apontados no início deste estudo—apresentando-nos os eventuais elementos disfuncionais e efeitos desestruturantes. *Herança comum subvalorizada ou mesmo desvalorizada, imagens recíprocas divergentes, opinião pública desconectada, excessiva politização e personalização do processo, dinâmica tendencialmente luso-brasileira, passividade dos Países Africanos Lusófonos*, todos estes factores se conjugam e são porventura fundamentos reais das dificuldades de institucionalização da CPLP, a par dos que têm a ver exclusivamente com a exequibilidade financeira e material do projecto, tendo em conta o número e a natureza das instituições simultaneamente previstas: Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Universidade dos Sete e Tribunal Arbitral.

Construindo o consenso

De acordo com o pressuposto de que a comunicação é o elemento que retarda, mantém ou acelera o processo de relacionamento e interacção social, o melhor ponto de partida talvez esteja, para além da necessária despersonalização, na reformulação do discurso político, nomeadamente português e brasileiro, que tem acompanhado o anúncio do projecto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e também no abrandamento da dinâmica tendencialmente luso-brasileira. Em relação ao primeiro vector, seria aconselhável uma certa cautela nas afirmações passíveis de serem conotadas com formas de neocolo-

nialismo cultural e abandonar a fórmula comunidade de *afectos e interesses* e a sua variante comunidade de *língua e afectos*. De facto, a chamada insistente aos afectos poderá ser despropositada, uma vez que os verdadeiros amigos não necessitam de declarar constante e mutuamente a sua amizade e, no caso presente, tratando-se de relações internacionais, e por via de artifícios linguísticos do discurso político, os sentimentos e as emoções dificilmente condicionarão ou se equacionarão com os interesses. A ser necessária uma fórmula, talvez fosse mais funcional a dos *interesses e valores*, dependendo estes últimos da concertação das *sete memórias* quanto à herança comum e das *sete perspectivas* quanto ao futuro ou futuros possíveis. Quanto ao segundo vector, será sem dúvida necessário implantar uma *sinergia lusófona*, que reproduza realmente uma dinâmica luso-afro-brasileira, que reconheça e reproduza globalmente a validade do *conceito de lusofonia* e em que se encontrem alinhados os motivos que justificam um sistema de cooperação lusófona, conforme Adriano Moreira, referindo-se às relações Portugal-PALOP, apontou há já alguns anos:

É fácil procurar fazer coincidir tais motivos com os que caracterizam a acção das antigas democracias ocidentais colonizadoras de África, mas o que mais importa é recriar uma motivação especificamente portuguesa e dos africanos. Como é regra nas relações internacionais, tais motivos precisam de se traduzir em interesses reconhecidos comuns, e que um equilíbrio possa ser estabelecido na relação a implantar, podendo os encargos superiores numa área ser compensados com benefícios, nem sempre materiais, noutra área.

Uma revisão do conceito de Lusotropicalismo, relendo Gilberto Freyre e divulgando a sua tese da originalidade e individualidade histórica da adaptação da Cultura Portuguesa a ambientes tropicais, criaria uma opinião favorável ao integral aproveitamento de inúmeros estudos e projectos elaborados no período colonial, que do ponto de vista técnico e científico continuam ainda hoje a ser válidos para o Desenvolvimento dos Países Africanos Lusófonos. Um terceiro vector seria a criação de apoios eficazes à produção dos agentes culturais lusófonos, nomeadamente e sobretudo no campo dos audiovisuais, com a produção de filmes históricos e de adaptação de obras literárias, e de documentários sobre as mais variadas facetas da realidade social e ecológica dos sete países, com especial incidência em África numa primeira fase. A realização de eventos culturais de impacto mediático seria também uma componente importante, como por exemplo uma Bienal das Artes Lusófonas ou um

Festival da Lusofonia aberto às mais variadas manifestações culturais.

Finalmente, para aproveitar todas as potencialidades lusófonas, seria útil rever a proposta de Adriano Moreira na sequência da observação anterior—duas estruturas federativas dedicadas à investigação e ensino de questões relacionadas com o Desenvolvimento: “*Um Instituto Internacional da Língua Portuguesa, no qual participariam por igual todos os Estados que a adoptassem como forma de expressão geral do povo ou forma oficial de expressão*” e “*uma Universidade Internacional Luís de Camões*” que rompesse com “*conceitos, ou preconceitos, da clássica organização da investigação e do ensino,*” congregando os vários organismos vocacionados para o efeito, e que “*teria especialmente em vista os cursos de especialização, mestrado e doutoramento, baseados no acesso documental e de experiência que interessa a todos*” (22; 82-84).

Estas estruturas são ainda passíveis de serem criadas de raiz, preferencial e necessariamente sob estatutos não-governamentais, alterando-se-lhes os nomes, ou então projectá-las como uma única que funcionasse como Instituto de Cooperação. Tendo em conta um critério geoestratégico e de descentralização e solidariedade lusófona, talvez a sua localização em S. Tomé e Príncipe, mesmo parcialmente, fosse uma hipótese a considerar. Contudo, este projecto implicaria um certo tempo, o tempo necessário, de preparação, concertação e montagem financeira que para todos seria vantajoso que se processasse no âmbito do moderno tipo de relações Universidade-Empresa.

Construindo assim o Consenso, estaríamos a lançar bases duradouras de uma verdadeira Comunidade Luso-Afro-Brasileira, uma Comunidade Lusófona que consequentemente se projectaria politicamente na comunidade internacional. Uma *Carta da Lusofonia*, reunindo um conjunto de princípios humanistas e universalistas, sintetizando os legados das três identidades culturais—Portugalidade, Brasilidade e Africanidade—poderia ser o contributo lusófono para a emergente Filosofia do século XXI.

Notas

¹ Comunicação ao Colóquio *Construção e Ensino da História de África*, Fundação Calouste Gulbenkian, 7 a 9 de Junho de 1994.

² A crítica do conceito de Lusotropicalismo enquanto ideologia tornou-se comum a partir dos anos 50/60 no discurso anticolonialista e principalmente nos autores marxistas e neomarxistas que produziram análises sobre a África Lusófona. Trata-se de um erro metodológico, de um desvio de análise da realidade imposto muitas vezes pelo apriorismo político. *O Lusotropicalismo*

não é uma ideologia, o Lusotropicalismo é uma teoria interdisciplinar de base sociológica (Gonçalves; Bastide; Freyre; Moreira; Macedo).

³ Por exemplo, a preocupação fundamental, que ainda hoje existe em África, de promover a integração do Direito Moderno com a pluralidade dos Direitos Tradicionais, para se processar efectivamente a implantação do Estado de Direito.

⁴ Para além da vulgarização dos Crioulos na Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, a taxa de falantes da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique parece não ultrapassar 15% do total da população de cada país. Do ponto de vista demográfico, a Lusofonia em África (20 milhões) é significativamente menor que a Anglofonia (200 milhões) e que a Francofonia (125 milhões). Politicamente, este facto traduz-se em menor influência no seio das organizações internacionais.

⁵ Na perspectiva do Marketing, verifica-se um *efeito de halo* quando “uma das componentes do produto pode ser registada tão incisivamente, para bem ou para mal, que o conjunto da percepção se orientará nesse sentido” (Dayan 62).

⁶ O Congresso foi realizado em Moçambique, de 13 a 23 de Julho de 1967, a bordo do navio Príncipe Perfeito, pela União das Comunidades de Cultura Portuguesa, iniciativa de Adriano Moreira. O 1º Congresso tinha sido realizado em Lisboa em 1964. O 3º Congresso, marcado para o Brasil em 1969, nunca se chegou a realizar.

Obras Citadas

- AAVV. *O mundo da edição luso-brasileira*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969. Impresso.
- Aparecido de Oliveira, José. Entrevista com Carlos Pinto Coelho. *Acontece*. RTP2, Lisboa. 17 Fev. 1995. Televisão.
- Bastide, Roger. *Anthropologie appliquée*. Paris: Payot, 1971. Impresso.
- Beltrán, Luís. *O africanismo brasileiro*. Recife: Pool Editorial, 1987. Impresso.
- Bessa, António Marques. *A formação da nova elite política portuguesa—os anos da revolução, o thermidor e a institucionalização*. Lisboa: ISCSP, 1994. Impresso.
- Chissano, Joaquim. Entrevista. *Semanário*. 19 Março 1994. Impresso.
- Dayan, Armand. *O marketing*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988. Impresso.
- Freyre, Gilberto. *Insurgências e ressurgências atuais. Cruzamentos de sins e não num mundo em transição*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983. Impresso.
- Gonçalves, José Júlio. *Gilberto Freyre—o sociólogo e teorizador do luso-tropicalismo*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967. Sep. do *Boletim* 3 (1967): s.p. Impresso.
- Graça, Pedro Borges. “A informação cultural de Portugal. (Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional).” *Estratégia* 4. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1992. 189-297. Impresso.
- Klineberg, Otto. *Psicologia social*. 2 vols. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967. Impresso.
- Leite, Luís Ferreira. *Introdução ao direito da cooperação*. Lisboa: Moraes Editores, 1979. Impresso.
- Lessa, Almerindo. *Meridianos brasileiros*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960. Impresso.
- Macedo, Jorge Borges de. “O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre—metodologia, prática e resultados.” *Academia Internacional da Cultura Portuguesa* 16 (1989): 91-127. Impresso.

- Moreira, Adriano. "Aspectos negativos da imagem recíproca de Portugal—Brasil." *Estudos Políticos e Sociais* 1 (1967): 5-23. Impresso.
- Moreira, Adriano et al. *2º Congresso das comunidades de cultura portuguesa*. 3 vols. Lisboa: União das Comunidades de Cultura Portuguesa, 1970. Impresso.
- . *O novíssimo príncipe*. Braga: Intervenção, 1977. Impresso.
- . "O poder cultural." *Nação e Defesa* 18 (1981): 43-51. Impresso.
- . "O papel das pequenas potências." *Estudos Políticos e Sociais* 10.3-4 (1982): 7-25. Impresso.
- . "Factores de coesão e dissociação da nação portuguesa." *Estudos Políticos e Sociais* 11.1-2 (1983): 7-25. Impresso.
- . *Condicionamentos internacionais da área lusotropical*. Recife: Massangana, 1984. Impresso.
- . "Metodologia gilbertiana." *Comentários*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1989: 107-16. Impresso.
- Pereira, Armando Gonçalves. *Da relação luso-brasileira*. Lisboa: Ática, 1963. Impresso.
- Pinheiro, João de Deus. "Grandes eixos da política externa no Portugal de hoje." *Nação e Defesa* 45 (n.d.): s.p. Impresso.
- Portugal. *Boletim de informação*. Direcção-Geral de Comunicação Social / Divisão de Noticiário 23/10 (1990). Impresso.
- . *Programa do XI Governo Constitucional*. Lisboa: Assembleia da República, 1988. Impresso.
- Roy, Jean Louis. Entrevista. *Les nouvelles de la francophonie* 8 (Avril-Mai 1995): 8. Impresso.
- Simões, Nuno. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo*. Lisboa: do Autor, 1960. Impresso.
- Trigueiros, Luís Forjaz. *O livro nas relações culturais entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Impresso.

Pedro Borges Graça é Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, onde lecciona as disciplinas de História e Projectão da Cultura Portuguesa (na Licenciatura em Comunicação Social) e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (no Mestrado em Estudos Africanos). Entre outros trabalhos publicou *Fundamentos culturais dos países africanos lusófonos* (1997), *Gilberto Freyre na correspondência de Melville Herskovits: o luso-tropicalismo frente ao afro-americanismo* (2001) e *A construção da nação em África* (Ambivalência Cultural de Moçambique), editado em 2005. Actualmente investiga os condicionalismos socio-culturais do desenvolvimento africano, os fundamentos culturais da identidade nacional portuguesa e as relações culturais internacionais enquanto relações entre poderes culturais nacionais. E-mail: bgraca@iscsp.utl.pt